



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 74, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público, de propriedade do Município de Pindamonhangaba e dá outras providências.

Dr. Isael Domingues, Prefeito Municipal de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Pindamonhangaba autorizado a proceder a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO do imóvel de sua propriedade, registrado sob o número de matrícula 68.279, com a seguinte descrição:

“ÁREA REMANESCENTE composto de parte do Lote nº 02, da Quadra C, do Loteamento “Industrial Feital”, situado nesta cidade, no bairro Feital, com frente para a Rua José Ayrton Machado, medindo 27,21 metros; do lado direito, de quem da referida rua o imóvel olha, mede 100,01 metros, com ângulo interno de 90º00’00”, confrontando com a área remanescente do lote nº 02; do lado esquerdo mede 100,02 metros, com ângulo interno de 89º59’14”, confrontando com o lote nº 01; e no fundo mede 27,19 metros, com ângulos internos à direita de 90º00’46” e à esquerda de 90º00’00”, confrontando com a Área Verde 2 da Quadra C, encerrando uma área de 2.720,52m² (dois mil, setecentos e vinte metros e cinquenta e dois decímetros quadrados). Cadastro SE-14-05-01-009-00”

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata o art. 1º desta Lei será objeto de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência.

Art. 3º A Concessão de Direito Real de Uso será destinada à pessoa jurídica que lograr êxito junto ao processo licitatório, com o objetivo único de industrialização.

Art. 4º A Concessão de Direito Real de Uso será outorgada pelo período de 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendido o interesse público, bem como, as condições e os encargos estipulados no contrato originário.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo que trata o *caput* desse artigo, o imóvel retornará à posse do Município, com posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus ao cofre público.

Art. 5º A concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários, que venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

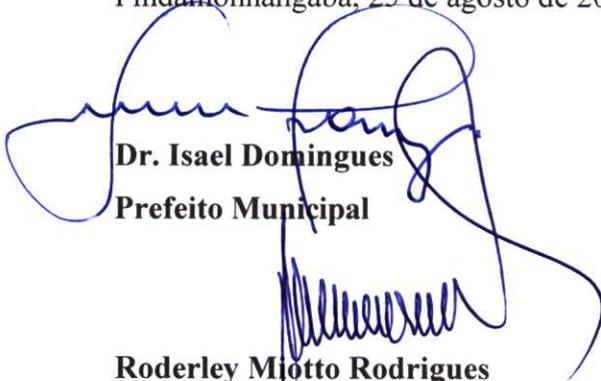


PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso far-se-á de acordo com as normas e as disposições da Lei Complementar nº 70, de 06 de março de 2023.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 25 de agosto de 2023.


Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal


Roderley Miotto Rodrigues
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 25 de agosto de 2023.


Anderson Plínio da Silva Alves
Secretário de Negócios Jurídicos